

# Educação Pós-Independência em Moçambique

Sabino Tobana Intanquê<sup>1</sup>

Carlos Subuhana<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente Trabalho tem como objetivo analisar o sistema educativo de Moçambique, discutir a educação no país após a independência. O trabalho visa compreender o avanço do sistema educativo de Moçambique que possibilitou o desenvolvimento do país na referida área, pois é sabido que a educação teve grande contribuição na formação do povo moçambicano e ajudou bastante na tomada de consciência, onde a educação se tornou prioritária para possibilitar uma revolução contra o jugo colonial. A principal questão teórica usada neste trabalho é a educação, que engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. A metodologia usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica. Falando da educação em Moçambique, é muito interessante relatarmos aqui, que devido ao empenho do Estado moçambicano, o setor da educação passou a ganhar um enorme avanço, alcançando os resultados esperados. Nesta ótica, este trabalho sinaliza os avanços que a educação deu em Moçambique, fazendo com que um número considerável da população passasse a ter o acesso à educação. Por outro lado, este trabalho enfatiza a importância que a educação teve em Moçambique durante a luta da libertação do país. Conclui-se, a partir do estudo, que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional é maior, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a proclamação da independência (1975), pois conseguiu-se baixar os altos índices de analfabetismo herdados do colonizador.

**Palavras-chaves:** Moçambique; Educação; Independência.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB. E-mail: sabinosabinotobana@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Serviço Social (PPGSS/ESS/UFRJ); Pós-doutor em Antropologia (DA/USP); Professor Adjunto (UNILAB). E-mail: subuhana@unilab.edu.br.

## 1. Introdução

Neste trabalho o nosso interesse é descrever como se implementou o sistema de ensino em Moçambique após a independência, pois nos ajuda na compreensão do projeto da mudança e reformas da educação.

Acreditamos que se trata de um trabalho de extrema importância, principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento científico e à formação de recursos humanos, pois é por meio da educação que podemos mudar uma sociedade.

A educação é problematizada por vários autores, mas, Machava (2015) serviu do nosso suporte teórico para melhor abordarmos o assunto. Segundo Machava (2015), a educação é um fenômeno muito antigo, assim como a própria aventura da humanidade, daí que sempre que se fala do ser humano está subjacente uma forma de ver, de interpretar a realidade e de projetar o futuro. Grandes civilizações que marcaram a história do passado - a chinesa, grega, latina, egípcia, só para ilustrar, não tiveram escolas, pois, apesar de já possuírem a escrita, a divisão social do trabalho não havia ainda atingido um nível de complexidade que demandasse maior racionalidade na transmissão de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores específicos para o exercício profissional.

Bolacha (2013), por sua vez, diz que a educação é um processo que vai influenciar o modo de ser, de pensar, de sentir e agir. Ela não é repetição de algumas informações estruturadas num manual. A educação fundamenta-se na aquisição de estratégias, conhecimentos, valores, habilidades que nos tornam mais humanos, cidadãos ativos de uma sociedade complexa.

A metodologia usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *web sites*. (GIL, 2008).

De acordo com Gil, os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. (GIL, 2007, *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

## 2. Perspectivas educacionais em Moçambique após independência

Segundo Uaciquete (2010), com a obtenção da independência do país em 1975, Moçambique se deparou com uma estrutura patrimonial do sistema colonial, tanto material como humana, assim como, também, com uma educação que foi implementada nas zonas libertadas.

Na área da educação, o país deparava com a insuficiência das instituições escolares e com a falta dos professores e técnicos para atuarem nesta referida área. O autor citado afirma que durante muitos anos, vários moçambicanos não frequentaram a escola por razões decorrentes do sistema colonial, baseado na discriminação, por este motivo, depois da independência, houve a expansão das escolas que se deu através das iniciativas das populações e através das campanhas de alfabetização feitas no país.

Segundo Uaciquete (2010), no setor educacional, por meio do Governo de transição, muitas ações foram levadas a cabo para discutir o sistema educacional, tais como:

- ✓ Seminário de Beira (dezembro de 1974 a 1975);
- ✓ Reunião de Macuba (abril de 1975);
- ✓ Seminário Nacional de Alfabetização (abril de 1975);
- ✓ IIIª Reunião do MEC (julho de 1979);
- ✓ Seminário Nacional da Língua Portuguesa (outubro de 1979);
- ✓ Seminário Nacional de Ensino de Matemática (maio de 1980).

Estes momentos foram considerados como momentos de esforço por parte da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), nos quais o povo foi mobilizado para a construção das escolas e onde a FRELIMO retirou todas as matérias de ensino que não estavam ligadas às ideologias da Frente e introduziu outras matérias de ensino, destacando-se a história e a geografia de Moçambique.

Outras mudanças que foram vistas na área da educação foram às mudanças dos mecanismos de gestão e administração de funcionamento das escolas, alterações dos currículos escolares e uma participação ativa da população na escola. Muito embora, apesar de todos os esforços feitos para garantir uma boa educação que o país necessitava tanto, o país se deparava com vários problemas no que refere à cobertura da rede escolar, falta de materiais didáticos, péssima condição da educação e outros problemas que afetavam o setor.

Neste contexto, algumas ideias foram consideradas como prioridades de um momento recente que necessita de uma árdua batalha para conquistá-las. Essas prioridades foram ilustradas da seguinte maneira: criar uma sociedade nova e um 'homem novo' com a capacidade e mentalidade livre, capaz de ser independente da ajuda estrangeira, organizar uma nova nação com o sistema do Estado novo equiparada às nações modernas, desenvolver uma economia com a base na agricultura e indústria. Chegar a estas metas levaria Moçambique a se tornar um país moderno com uma sociedade moderna.

De acordo com o Relatório publicado pela AfriMAP (2012), após a independência em junho de 1975, na área da educação, o padrão que a FRELIMO adotou se baseava no padrão utilizado nas zonas libertadas na época da guerra da libertação. O referido padrão de ensino se coloca nos seguintes parâmetros:

- 1) o ensino tem que funcionar com os seus próprios recursos;
- 2) todas as pessoas devem aprender e ensinar;
- 3) fazer uma conexão entre a teoria e a prática;
- 4) lutar contra o tribalismo, racismo e nepotismo;
- 5) fazer uma ligação entre a educação, produção e a comunidade;
- 6) tornar a escola um meio democrático.

De fato, depois do país conquistar a sua independência, o governo de Moçambique escolheu a área da educação como um meio possível para o desenvolvimento do país, muito embora muitas políticas estabelecidas pelo governo da FRELIMO não tivessem êxito, porque se verificava a falta das infraestruturas, muitas reformas foram feitas, mas

nem assim o governo era centralizado e este momento foi marcado pelo conflito armado, na qual houve a destruição das infraestruturas escolares, o que originou o impedimento do desenvolvimento da qualidade educacional de Moçambique.

Num discurso proferido na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC), em 1973, Samora Machel afirma que a educação deveria preparar os moçambicanos para assumirem a nova sociedade e as suas exigências.

“A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática.” (MACHEL, 1973)

Ainda segundo Samora Machel (1973), os moçambicanos deveriam adquirir uma atitude científica, aberta, livre de todos os pesos da superstição e tradições dogmáticas. Deveria ser criada uma nova atitude na mulher, emancipá-la na sua consciência e comportamento e ao mesmo tempo inculcar no homem um novo comportamento e mentalidade em relação à mulher. O desenvolvimento deste processo dependeria das novas gerações.

“Pela primeira vez na nossa história há crianças, há jovens, que crescem fora do colonialismo, fora das tradições dogmáticas. Há uma geração, a primeira, que se forma ao calor da revolução. É esta geração que nos próximos anos será chamada a prosseguir a tarefa que iniciamos. Eles são o viveiro donde sairá a planta selecionada, que fará triunfar definitivamente a revolução. A este nível a missão dos professores e quadros da educação é extraordinariamente delicada. Porque eles, como nós, cresceram e formaram-se no mundo antigo, ainda trazem em si muitos vícios e defeitos, muito individualismo e ambição, muitos gostos corruptos e superstições, que são nefastos e podem contaminar as novas gerações. Os professores e quadros da educação devem comportar-se como o médico, que antes de se aproximar do doente na sala de operações se desinfeta, se esteriliza, a fim de não infectar o paciente.” (MACHEL, 1973)

Segundo Uaciquete (2010), Samora Machel pensava na educação, fundar escolas novas, ampliadas, esta educação dever-se-ia basear na valorização dos trabalhos manuais, como sendo ponto chave do conhecimento, fazer uma ligação entre ensino e trabalho de produção social. Estas ideias tinham como objetivo incutir nos alunos um pensamento de trabalho desde o início da sua carreira estudantil, em seguida, ajudar os alunos a ter uma consciência de que os seus trabalhos deveriam ultrapassar a produção de subsistência, buscando uma produção de grandeza econômica, que a modernidade exige. Da maneira como foi esboçada antes, a FRELIMO se preocupava em criar coisas novas até o ‘homem novo’ em contraposição à sociedade tradicional e ao sistema colonial, mas esta intenção originou um choque entre a dita modernidade enfatizada pela FRELIMO e a tradição e o colonialismo.

Hoje em Moçambique, o sistema de ensino está estruturado da seguinte forma: a) escolas pré-primárias, que abarcam as crianças com menos ou igual a seis anos de idade. Essas escolas são jardins infantis e creches; b) a educação escolar, abrange o ensino geral, ensino técnico profissional e educação superior. A educação escolar inclui as formas especiais de ensino, que são: educação especial, educação vocacional, alfabetização e

formação de professores. Os dois níveis da educação compõem o ensino geral, englobando o ensino geral e o ensino secundário.

O ensino primário corresponde a sete anos de escolaridade com subdivisão em duas partes, EP1 (Primeiro nível de ensino primário) da 1ª a 5ª classe e EP2 (Segundo nível do ensino primário) da 6ª a 7ª classe. O ensino secundário corresponde a cinco anos de escolaridade com subdivisão em dois períodos, o primeiro período, ESG1, da 8ª a 10ª classe e o segundo, ESG2, que vai da 11ª a 12ª classe. Por outro lado, o ensino técnico profissional correspondente ao EP2, ESG1 e ESG2 do ensino geral, relacionado ao nível elementar básico e médio.

### **3. Os primeiros anos (1975-1981)**

O primeiro governo de Moçambique depois da independência, em meio a outros objetivos, almejou a construção de uma economia independente e também a promoção do avanço social e cultural de Moçambique.

Desde o primeiro momento da independência, a área da educação foi considerada o fator principal para o desenvolvimento do país e a concretização da democracia popular. O aparelho judicial do novo Estado de Moçambique, a chamada Constituição da República de 1975, considerou o acesso à educação um dever e direito de toda a população, na qual o Estado assumiu o papel de promover as condições necessárias para que todos moçambicanos pudessem ter esse direito.

Após mais de dois meses de independência, com a responsabilidade do Estado em expandir o acesso à educação para moçambicanos, o governo acabou com o funcionamento de ensino privado no país e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a ter a responsabilidade de executar e organizar as políticas educacionais. O governo e os próprios moçambicanos se esforçaram bastante para a construção de um Moçambique próspero, onde foi registrado um enorme progresso em direção a melhores níveis de educação nos primeiros momentos depois da independência.

Nos anos de 1975 a 1981, houve avanços importantes na área da educação, em 1975 havia 600.000 crianças e jovens frequentando as escolas, em 1980, quando foi feito o recenseamento nacional pós-independência, esse número subiu para 2,3 milhões de crianças e jovens frequentando as escolas e o número percentual das meninas, que nos anos de 1975 era de 35%, nos anos de 1980 subiu para 43%. As campanhas para alfabetização da população ajudaram bastante na redução da taxa de analfabetismo, em 1970, de 90% se reduziu para 70 %, em 1980, 84% correspondia às mulheres e 55% aos homens. As mudanças na área da educação não aconteceram só através da expansão ou mudança dos conteúdos de ensino, mas também na maneira como sistema foi administrado, com a participação de um número significativo da comunidade.

Depois da independência, muitas dificuldades abalaram o país, muito embora com tantos esforços feitos pelo governo e funcionários públicos, com a obtenção da independência, o país foi abandonado por técnicos portugueses o que originou crises por falta de pessoas qualificadas. O governo tinha o objetivo de expandir em nível do país as experiências obtidas nas zonas libertadas, mas este objetivo sofreu impacto porque houve a mudança da conjuntura, o movimento da libertação passou a ser partido-Estado, o referido movimento não continuou resolvendo somente os problemas de um grupo restrito de

peças que compartilhavam as mesmas ideias, mas sim passou a tratar das questões de milhares de pessoas com ideias diferentes e um território vasto.

### **3.1 A implementação do Sistema Nacional da Educação (SNE) num contexto de conflito (1981-1992)**

Os primeiros momentos depois da independência foram considerados como momentos de voluntarismo e de pouca planificação, que abrangiam vários setores do país, e devido às dificuldades ou falta de pessoas qualificadas e falta de reorganização do aparelho do Estado, cada área funcionava quase sem depender das demais áreas, embora dando seguimento à política básica da FRELIMO. O governo tinha conhecimento de que era importante fazer um planejamento para o desenvolvimento das suas próprias políticas da governação, donde, em 1977, foi instalada a Comissão Nacional de Planejamento (CNP) que coordenaria os trabalhos dos diferentes ministérios.

De acordo com AfriMAP (2012), na área da educação, em 1981 ocorreram às primeiras iniciativas tomadas para uma planificação a nível nacional, isto aconteceu devido à aprovação dos princípios e objetivos gerais de sistema nacional de educação. As normas da política da educação concentravam-se na democratização do ensino e na sua articulação com as políticas do desenvolvimento nacional e foi reafirmada a importância da educação para o progresso econômico e social, onde alguns objetivos foram estabelecidos, tais como:

- ✓ Acabar com o analfabetismo e oferecer acesso ao conhecimento científico à toda a população;
- ✓ Inserir a obrigatoriedade da escola consoante o desenvolvimento do país, como sendo o fator de garantir a educação básica para os jovens de Moçambique;
- ✓ Formar os professores profissionalmente conscientes e educadores, com uma nova e vasta organização política, ideológica, pedagógica e científica com capacidade de educar outras pessoas através dos conceitos socialistas;
- ✓ Formar cientistas e especialistas bem qualificados para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa científica consoante o que o país necessita.

As normas pedagógicas estabelecidas tinham como objetivo o desenvolvimento dos alunos através da educação, incluindo a modificação do país, estas normas eram para orientar a futura organização do Sistema Nacional da Educação em nível do país, que foi aprovado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) através da lei quadro em 1983.

A área da educação teria uma estrutura de cinco subsistemas de acordo com as normas do Sistema Nacional da Educação, que são:

- ✓ Educação geral;
- ✓ Educação de adultos;
- ✓ Educação técnico-profissional;
- ✓ Formação de professores;
- ✓ Educação superior.

Existiam quatro níveis, que são:

- ✓ Primário;

- ✓ Secundário;
- ✓ Médio
- ✓ Superior.

O subsistema da educação geral foi estruturado em Ensino Primário (EP) que tem duração de sete classes, ou com a duração mínima de sete anos, cinco anos para 1º grau (EP1) e dois anos para 2º grau (EP2), e Ensino Secundário Geral (ESG) com a duração de cinco anos e com subdivisão de dois períodos, o primeiro período que vai da 8ª à 10ª classe (ESG1), o segundo período que vai da 11ª à 12ª classe (ESG2). Muitas normas administrativas e regulamentares foram adotadas com o estabelecimento do Sistema Nacional da Educação, no qual a escola passou a ser obrigatória até 7ª classe.

O SNE proibia a discriminação e exigia a garantia de acesso à formação sem considerar a cor da pele, sexo, religião ou raça, exigia também a existência da igualdade de oportunidade para toda a população de Moçambique. O Sistema Nacional de Educação procurava estabelecer uma nova fase da educação no país, possibilitando a diminuição do analfabetismo e dando ao povo o acesso ao conhecimento científico, para possibilitar o seu desenvolvimento, mas como já foi dito, o governo enfrentava várias dificuldades para estabelecer o seu programa na área da educação, no que diz respeito à democratização do ensino e suas estruturas, como por exemplo, aconteceu nos primeiros momentos da independência em que o governo tinha objetivos ambiciosos, mas por outro lado existiam muitas dificuldades de caráter financeiro, as escolas em si e a disponibilidade de professores de qualidade. Os recursos existentes, muitas vezes não eram utilizados de uma boa forma e não existia uma gestão financeira de qualidade profissional. (AfrIMAP, 2012)

As dificuldades socioeconômicas que Moçambique enfrentava após a independência, os governos racistas e minoritários da África do Sul e da Rodésia somavam-se às pressões para desestabilizar o país. O governo da FRELIMO era considerado marxista-leninista e o apoio que a FRELIMO recebeu dos outros movimentos de libertação de outros países, principalmente na África, não tiveram êxito nestes dois países vizinhos de Moçambique.

A Rodésia do Sul (atual Zimbábue) desempenhou papel importante na criação de movimento de guerrilha para prejudicar o governo da FRELIMO, este movimento que veio a ter apoio do governo do *apartheid* da África do Sul com a queda do regime separatista da Rodésia, esse conflito deu origem à guerra civil, o movimento existente ou apoiado pelos esses dois países vizinhos transformou-se em Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), em oposição ao regime da FRELIMO, recebia financiamento externo e era apoiado por diversas áreas da sociedade moçambicana que não se contentavam com as políticas ideológicas da Frente.

O conflito armado entre estas duas forças políticas, FRELIMO e RENAMO, causou duras perdas ao país na área da educação, houve grandes problemas, sobretudo com a destruição das infraestruturas escolares. Nos anos de 1981 a 1987, 50% das escolas primárias, 13% da rede escolar secundária, 22,5% dos centros de formação de professores e muitos centros de alfabetização da população adulta fecharam, o deslocamento de milhares de pessoas para as zonas urbanas, em busca de segurança, levou ao esvaziamento das escolas de várias regiões de Moçambique. No ano de 1992, só restava 1,2 milhão de alunos do ensino primário, número igual ao que existia em 1983. Este conflito teve consequências sofridas ao longo das últimas décadas, muito embora o conflito

não fosse responsável por todas as consequências sofridas pela área da educação, pois nem todas as regiões do país sofreram igualmente as consequências da guerra, como o centro do país, Zambézia, Sofala e Tete. Por outro lado, muitas políticas públicas estabelecidas pelo governo para o funcionamento do Estado tiveram consequências negativas, como por exemplo o futuro reajustamento da estrutura dos advogados pelo FMI e Banco Mundial (BM) e a expansão da área da educação. O governo continuou de modo centralizado o sistema herdado do sistema colonial e continuou com escassez de quadros para fiscalizar as ações que estavam na fase de implementação dos níveis considerados mais baixos da administração pública, existindo um impacto na formação de professores. No ano de 1987, alguns anos depois da independência, quando o país aderiu ao BM e ao FMI, estas organizações internacionais orientaram o governo a estabelecer o Programa da Reabilitação Econômica (PRE), que levou em consideração a alteração funcional do aparelho do Estado e também a alteração da sociedade. Os efeitos da guerra causaram impacto nas várias áreas importantes do país, principalmente na área da educação, onde o governo cortou gastos públicos e estes cortes afetaram a área da educação, pois estas verbas que foram cortadas, passaram a ser encaminhadas para a reabilitação dos efeitos gerados pela guerra civil.

Quando se deu o fim da guerra civil, no domínio da PRE, os novos acordos políticos em termo das estratégias de desenvolvimento e da prestação efetiva de serviços públicos foram assinados e estes acordos estabeleceram as bases para a construção do quadro legislativo e constitucional da área da educação.

### **3.2 Educação após os Acordos da Paz (1992)**

No ano de 1990 com o fim da guerra civil, uma nova constituição foi anunciada, a Constituição da República de Moçambique, onde o monopartidarismo deu o espaço ao multipartidarismo, no qual os valores do socialismo democrático foram trocados e o país adotou os valores da democracia liberal.

Os acordos da paz foram assinados em Roma, capital da Itália em 1992 e em 1994 foram organizadas as primeiras eleições multipartidárias. A mudança do sistema foi seguida do processo de modernização e reforma das áreas públicas e subseqüentemente de mudanças na área da educação. O Ministério da Educação em diálogo com os seus parceiros internacionais, que estavam ajudando bastante o país, lançou um plano-diretor para o ensino técnico e geral em 1994 e neste plano, alguns pontos foram estabelecidos como prioridades:

- ✓ Descentralizar as escolas e suas gestões, os governos das províncias devem passar a tomar decisões em gestão e controle das escolas;
- ✓ Inserir as línguas locais ou línguas maternas nos materiais escolares;
- ✓ Apropriar os métodos do ensino com a realidade dos professores;
- ✓ Dar incentivo ao setor privado da área da educação.

Foi publicada pelo governo a sua Política de Educação em 1995, que estabelecia os objetivos da área da educação, suas prioridades, a sua organização e seu modo de funcionar. Em seguida o governo estabeleceu um plano estratégico para a área da educação focado na prioridade, constituindo então a Política Nacional da Educação (PNE). Depois de novas discussões com os parceiros internacionais, em 1997, o governo



apresentou o seu Plano Nacional para o Setor da Educação, este plano além de ajudar a coordenar e planejar a médio-prazo as atividades, ajudou também por ser um meio tão benéfico para o encaminhamento da ajuda externa, no sentido de apoiar a área de educação do país. Em 1997 foi apresentado o Plano Estratégico para o Setor da Educação (PEE-I), que abarcou o período de 1999-2005, neste plano, o Ministério da Educação reforçou sua concordância com os pontos prioritário estabelecidos no Plano Nacional da Educação, que destacavam o aumento do acesso à educação para o povo moçambicano, a melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento das instituições educacionais.

Com o fim da guerra civil, a área da educação se desenvolveu principalmente com o esforço que foi dado na reabilitação das infraestruturas e instituições educacionais, as escolas afetadas pela guerra, principalmente as escolas primárias e secundárias, foram reabilitadas, houve aumento de professores qualificados em nível das escolas primárias e secundárias em todo o país, o índice da desistência baixou e o número das meninas aumentou nas escolas e foi reorganizado o sistema de alfabetização e educação de adultos.

Ano	Homens				Mulheres			
	1997	2002/2003	2004/2005	2008	1997	2002/2003	2004/2005	2008
15–19	39%	27%	24%	22%	59%	48%	44%	37%
20–24	40%	36%	30%	22%	68%	61%	57%	52%
25–29	40%	36%	38%	29%	68%	61%	65%	62%
30–34	36%	30%	34%	33%	75%	68%	66%	64%
35–39	36%	30%	32%	36%	75%	68%	72%	68%
40–44	48%	35%	28%	30%	86%	82%	73%	63%
45–49	48%	35%	32%	33%	86%	82%	81%	74%

Fonte: **RGPH97**, **IAF 2002/2003**, **IFTRAB 2004/2005**, **MICS 2008**. As percentagens foram arredondadas. Em 1997 e 2002-2003, as faixas etárias usadas eram 20-29, 30-39 e 40-49, e, portanto, as percentagens foram repetidas.

### 3.3 Educação e gênero

Desde muito tempo o governo de Moçambique colocou na sua agenda a igualdade de gênero, o governo retificou vários acordos internacionais e africanos de direitos humanos enfatizando o gênero, o governo também unificou a questão do gênero e da promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres nas principais ações de planeamento da política e planos estratégicos.

O Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014 confere a prioridade à proteção da mulher e da família, em 2009, foi aprovada pelo governo a Estratégia do Gênero na Função Pública para 2009-2013 onde foram ressaltados alguns pontos principais:

- ✓ Princípio de integração de gênero, que estabelece a igualdade de gênero orientando todas as ações estratégicas e políticas do governo;

- ✓ Princípio de igualdade, realçando a igualdade de direitos e mesma oportunidade;
- ✓ Princípio de não discriminação, que estabelece que nenhum funcionário deve ser prejudicado ou beneficiado de qualquer direito por causa do seu gênero;
- ✓ Princípio da equidade de gênero, que trata da distribuição justa dos benefícios por funcionários e funcionárias;
- ✓ Princípio de dignidade, onde o assédio de qualquer forma deve ser evitado no local de trabalho tendo em vista a garantia de um bom ambiente de trabalho;
- ✓ Princípio da conciliação de trabalho-família, a ligação do direito humano ao trabalho e do direito humano à formação da família.

O Programa Quinquenal estabeleceu ainda que para o desenvolvimento da área da educação o governo procurará:

- ✓ Priorizar o gênero no ensino primário;
- ✓ Promover o acesso das meninas na educação e formação técnico-profissional;
- ✓ Autorizar a Política de Acesso ao Ensino Superior levando em consideração a questão do gênero.

#### **4. Desafios atuais**

Muito embora se verifique o desenvolvimento no setor da educação nos últimos anos, pode-se reconhecer que o referido setor ainda enfrenta vários problemas, até então existe baixa taxa de escolaridade no ensino secundário e superior, o país enfrenta ainda as baixas taxas de conclusão, a desigualdade de gênero, as deficiências nas infraestruturas, a baixa qualidade de educação, falta de recursos humanos, estes e outros pontos não citados aqui são os problemas que a área da educação enfrenta em Moçambique.

Entre outras dificuldades urgentes que a educação enfrenta podemos citar algumas mais urgentes, que são: a questão de qualidade de ensino primário e a questão da expansão do ensino pós-primário.

Os investimentos para a construção das infraestruturas, contratação dos professores e de funcionários para atuarem nas escolas não têm êxito no sentido de atender as demandas do setor, principalmente com as novas exigências. Foram criticadas as medidas políticas tomadas para acelerar o avanço da área da educação por causa das suas condições precárias, ainda existe pouco acesso ao ensino pós-primário e não existe um acompanhamento básico para o ensino primário, onde vários estudantes, ao terminarem o ensino básico, não acham um meio ou condições necessárias para dar continuidade a seus estudos.

Entre muitas razões, que levaram à baixa qualidade do ensino em Moçambique, além das dificuldades existentes na educação, o que é assinalado pelos altos níveis de pobreza e de desnutrição das crianças, alguns problemas relacionados à educação foram destacados, tais como:

- ✓ Alto rácio entre alunos e professores na turma;
- ✓ A pouca motivação e formação pedagógica dos professores;
- ✓ Falta de manual de orientação de professor organizado e com detalhes;
- ✓ Carência de material e equipamentos didáticos;
- ✓ A falta de muitas escolas pré-primárias;

- ✓ Uma introdução tão lenta do ensino da língua materna o que ajudaria na facilidade de aprender os conteúdos escritos em língua portuguesa;
- ✓ Curto período letivo.

Para finalizar, os custos da educação direta ou indiretamente fazem surgir os efeitos no acesso e fixação das crianças nas escolas, na maioria das vezes, são os familiares que custeiam a fixação das crianças nas escolas, os custos diretos correspondem às propinas pagas para o ensino secundário, gastos nas compras de materiais escolares e indiretamente estes custos incluem refeições, uniformes escolares, entre outros.

## 5. Considerações finais:

Como pode-se perceber, Moçambique passou por vários momentos de colonização exploração, assim também de sacrifícios, no que refere a educação após a independência o país deparava com precariedade na conjuntura social, política, econômica etc. que não possibilitava um avanço eficaz no sector da educação.

Falando da educação em Moçambique, é muito interessante relatarmos aqui, que devido ao empenho dado pelo Estado moçambicano, o setor da educação passou a ganhar um enorme avanço, alcançando os resultados esperados. Nesta ótica, este trabalho sinaliza os avanços que a educação deu em Moçambique, fazendo com que um número considerável da população passasse a ter o acesso à educação. Por outro lado, este trabalho enfatiza a importância que a educação teve em Moçambique durante a luta da libertação do país.

O avanço do sistema educativo de Moçambique possibilitou o desenvolvimento do país na referida área, pois é sabido que a educação teve uma grande contribuição na formação do povo moçambicano e antes, ajudou bastante na tomada de consciência, onde a educação mereceu a prioridade para possibilitar uma revolução contra o jugo colonial e a tomada da independência.

Conclui-se, a partir do estudo, que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional são maiores, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a proclamação da independência (1975), pois conseguiu baixar os altos índices de analfabetismo herdados do colonizador.

## Bibliografias:

ÁFRICA DO SUL. **Moçambique, a prestação efetiva de serviços públicos no setor da educação**. Rosebank: AfriMAP & Open Society Foundation, 2012.

GERHART, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

MACHAVA, Paulino Albino. **Educação, cultura e gestão do currículo local um estudo de caso**. 2015. 248p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015.

MOÇAMBIQUE. “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”. Mensagem do Camarada Samora Machel, Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC). In: Coleção “**Estudos e Orientações**” Nº 2 Nov. 1973.

UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelo da administração da educação em Moçambique 1983-2009**. 2010. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2010.

BOLACHA, Natália Helena da Fonseca. **A mulher moçambicana na ocupação de cargos de decisão: um estudo de caso no âmbito das direções provinciais de nampula**. 2013. 220p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.